

Agradecimentos

Aos nossos pais, por terem feito tudo o que sabiam e podiam.

Alessandra de Saldanha da Gama

e

Luciana Fonseca de Gouveia

Apresentação

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um conjunto de políticas públicas que consolida a conquista do direito à saúde como questão de cidadania.

O desafio que se coloca é a prática da gestão participativa, cujo processo de pactuação democrática e coletiva fomenta a troca solidária entre gestores, trabalhadores e usuários.

No enfrentamento de lacunas para acesso universal e equânime aos serviços de saúde, o foco em questão é compartilhar, melhorar a comunicação e viabilizar o modelo produtor do cuidado centrado no usuário e suas necessidades.

Ao valorizar os diferentes saberes na produção da saúde, o SUS potencializa a garantia da atenção integral e resolutiva, consolida redes, vínculos e corresponsabilização entre os diversos atores envolvidos.

Ao contextualizar o processo de construção do SUS, este livro evidencia os diferentes níveis da atenção e da gestão, permitindo ao leitor se apropriar da dinâmica do processo de legitimação do SUS como política de inclusão social.

Wanilsa Motta de Oliveira

Assistente Social/Sanitarista

Gestora da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil/RJ no
Centro Municipal de Saúde Marcolino Candau

Prefácio

A legislação do SUS, disposta por meio das Leis 8.080/90 e 8.142/90, é de suma importância para todos os candidatos que aspiram a cargos profissionais na área da saúde. Ter conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde é condição indispensável para a aprovação em concurso público e também para o bom desempenho do exercício profissional.

Ao elaborarmos este livro, pretendemos suprir a falta dessa importantíssima legislação verificada no mercado editorial de concursos. Para tanto, abordamos não só a Lei 8.080/90 mas também a sua complementar, ou seja, a Lei 8.142/90, que conjuntamente formam a LOS (Leis Orgânicas da Saúde), além dos principais pontos das Normas Operacionais Básicas (NOBs) dos anos de 91, 93, 96 e das Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS) 01/2001 e 01/2002, pois é por meio delas que o SUS é operacionalizado. Destacamos também os aspectos mais relevantes do Pacto pela Saúde de 2006 – conjunto de reformas institucionais acordado entre as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) –, que tem como objetivo promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, já que esse assunto tem sido muito cobrado em provas de concursos públicos. Além disso, atentando-nos à escassez de tempo, um mal criado pela nossa sociedade contemporânea que dificulta a reunião de material documental necessário ao estudo, tivemos o cuidado de abordar a legislação e suas correlatas de forma clara e didática, visando à sua compreensão com comentários elucidativos, dicas de consulta, quadros-resumo e informações adicionais sobre as modificações e/ou alterações na lei original. No que se refere à fixação e treinamento da matéria, permeamos as leis com questões de provas de concursos anteriores cobradas pelas principais organizadoras, em todo o vasto território nacional, e selecionamos outras mais, totalizando 310 exercícios.

Nosso objetivo maior é colaborar na aprovação dos candidatos aos inúmeros cargos públicos e também servir de fonte de consulta na prática laboral diária. Temos a certeza de que, com a utilização frequente desta obra, nossa meta será atingida.

Sumário

Parte 1 – Introdução	1
Constituição Federal – Seção II – Da Saúde	9
Parte 2 – Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990	21
Disposição Preliminar	22
Título I – Das Disposições Gerais	23
Título II – Do Sistema Único de Saúde	26
Capítulo I – Dos Objetivos e Atribuições	28
Capítulo II – Dos Princípios e Diretrizes	38
Capítulo III – Da Organização, da Direção e da Gestão	47
Capítulo IV – Da Competência e das Atribuições	54
Seção I – Das Atribuições Comuns	54
Seção II – Da Competência	57
Capítulo V – Do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena	66
Capítulo VI – Do Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar	70
Capítulo VII – Do Subsistema de Acompanhamento durante o Trabalho de Parto, Parto e Pós-parto Imediato	71
Capítulo VIII – Da Assistência Terapêutica e da Incorporação de Tecnologia em Saúde	72
Título III – Dos Serviços Privados de Assistência à Saúde	76
Capítulo I – Do Funcionamento	76
Capítulo II – Da Participação Complementar	78

Título IV – Dos Recursos Humanos	80
Título V – Do Financiamento	82
Capítulo I – Dos Recursos	82
Capítulo II – Da Gestão Financeira	85
Capítulo III – Do Planejamento e do Orçamento	88
Das Disposições Finais e Transitórias	90
Parte 3 – Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990	95
Parte 4 – Comentários sobre as NOBs 91, 93, 96 / NOAS 2001 e 2002 e Pacto pela Saúde 2006	113
Parte 5 – Anexos	137
Parte 6 – Questões de provas	167
Gabarito	251
Referências bibliográficas	259

Introdução

Para compreender como o Brasil chegou até a concepção final do que hoje é conhecido por Sistema Único de Saúde (SUS) e suas modificações, é necessário entender toda a transformação que a política de saúde pública sofreu ao longo dos períodos históricos.

Apresentaremos um panorama geral, de forma sintetizada e de fácil entendimento, com o objetivo de fazer o leitor familiarizar-se com o processo de modificação e as consequências da política de saúde nacional.

Brasil-colônia (1500 – 1889)

- Inexistência de saneamento básico;
- Os pouquíssimos médicos existentes tinham formação acadêmica na Europa; e curandeiros, padres, índios e africanos eram os que detinham o “conhecimento de cura” de doenças;
- A Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do Brasil, foi criada com a vinda da família real somente em 1808, em Salvador;
- Foi criada, em 1808, a organização da Saúde no Brasil em virtude da vinda da família real de Portugal;
- Os poucos hospitais existentes eram filantrópicos e de ordens religiosas, e as funções de cuidado eram exercidas por pessoas não habilitadas;
- Foi criada a Diretoria-Geral de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1897, por meio do Decreto 2.449, de 1º de fevereiro.

1890 – 1930 (início do período republicano)

- Seguindo a ótica da teoria positivista, pretendeu-se a reforma do Estado e da sociedade sob o domínio da ciência;
- Surgiu a concepção de etiologia (causa) das doenças;
- Surgiram as campanhas de saúde para controle de epidemias criadas por Oswaldo Cruz, marcando, assim, o nascimento da Política de Saúde Pública Brasileira;
- Em 1923, a reforma Carlos Chagas faz uma tentativa de ampliar o atendimento à saúde por parte da União;
- A medicina tinha foco apenas curativo;
- Surgiu a noção do cuidado individual na saúde;
- Em 1923, surgiu o primeiro evento de seguro social no Brasil com a promulgação da Lei 4.682, de 24 de janeiro, de autoria do Deputado **Eloy Chaves**, pelo Presidente Artur Bernardes, e que instituiu o sistema de **Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs)**, que atendeu, em um primeiro momento, aos trabalhadores ferroviários e, posteriormente, aos marítimos e estivadores. As CAPs eram financiadas pela União e custeadas pelas empresas empregadoras e pelos empregados. Elas eram instituídas de modo que só os grandes estabelecimentos tinham possibilidade de mantê-las. O presidente das CAPs era nomeado pelo presidente da República, e os patrões e empregados participavam paritariamente da administração. Os benefícios eram proporcionais às contribuições e eram previstos: assistência médico-curativa e provimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez; pensão para os dependentes e auxílio-funeral;
- Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo Decreto 19.402, de 14 de novembro, e regulamentado pelo Decreto 19.560, de 5 de janeiro de 1931. Com isso, as ações de Saúde passaram a ser subordinadas ao referido Ministério por meio do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional da Criança.